



ATA DE REUNIÃO
Comitê de Gestão de Pessoas

HORÁRIO	LOCAL	DATA
16h	Telepresencial pelo Google Meet	2/3/2026

Presentes:

- Desembargadora Coordenadora Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim;
- Juíza Camila Ceroni Scarabelli;
- Juíza Maria Flavia de Oliveira Fagundes;
- Servidor Alan Rogério Oliveira Simões de Melo;
- Servidor Aatur Torino Dalpino;
- Servidora Camila Lelis Yamaya;
- Servidora Susana Haydee Flores Cucatti;
- Servidor Rodrigo Cesar Barros da Rosa;
- Servidor da Secretaria de Gestão de Pessoas, Luiz Henrique de Freitas Pereira;
- Representante da Secretaria de Gestão de Pessoas, Carolina Magalhães Serne Carnevalli, suplente;
- Servidora Iara Cristina Gomes;
- Juiz Breno Ortiz Tavares Costa, representante da AMATRA XV;
- Liliam Maria de Camargo, representante suplente do SINDIQUINZE;
- Representante da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Patricia Luchi Pesce.

Ausências justificadas:

- Desembargadora Susana Graciela Santiso;
- Desembargador Fábio Bueno de Aguiar;
- Desembargador Helio Grasselli;
- Desembargadora Ana Cláudia Torres Vianna;
- Juíza Juliana Benatti;
- Servidora Monica Laterza Lopes;
- Servidora Helen da Silva Paes de Souza, suplente;
- Juíza Andreia de Oliveira, representante da AMATRA XV;
- Alexandre Luis Niza, representante titular do SINDIQUINZE.

Pauta/ Assuntos	1- Evento de 20/3/2026 sobre "Menopausa - saúde mental e organizacional" - Parceria entre a Escola Judicial, o Comitê de Gestão de Pessoas e o Subcomitê de Atenção à Saúde. 2- PROAD 2267/2026: Resolução CNJ nº 668/2026: obrigatoriedade de instituição de programa pelos tribunais para aplicação do protocolo integrado de prevenção e medidas de segurança voltado ao enfrentamento à violência doméstica e familiar praticada contra magistradas, servidoras e demais colaboradoras do Poder Judiciário. 3- Evento ou campanha sobre prevenção e combate à violência doméstica no primeiro semestre de 2026. 4- Proposta de novo levantamento sobre gênero e etnia, por meio de autodeclaração de magistradas(os) e servidoras(es).
----------------------------	--

TÓPICOS DEBATIDOS / RESULTADOS

A Excelentíssima Desembargadora Coordenadora, Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim, iniciou o encontro cumprimentando e agradecendo pela presença de todas e todos. Em seguida, o Colegiado passou ao debate da pauta compartilhada anteriormente.

1- Evento de 20/3/2026 sobre "Menopausa - saúde mental e organizacional" - Parceria entre a Escola Judicial, o Comitê de Gestão de Pessoas e o Subcomitê de Atenção à Saúde:

Dra. Larissa comentou que houve necessidade de mudança de palestrante, mas que está acertado o evento para 20 de março, das 10h às 11h30, com a médica ginecologista Lúcia Helena Simões da Costa Paiva. Haverá, ainda, presença da médica do TRT-15 Isabela Bulhões Andrade de Holanda, da psicóloga do TRT-15 Francielle Barbosa Prado, da Desembargadora Coordenadora do Comitê de Gestão de Pessoas Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim, da Desembargadora Coordenadora do Subcomitê de Atenção à Saúde Gisela Rodrigues Magalhaes de Araujo e Moraes e da servidora Carolina Magalhães Serne Carnevalli.

O nome do encontro será “Roda de conversa: Menopausa: bem-estar e saúde organizacional”, com público-alvo de magistrados, servidores e estagiários do TRT-15 e público externo.

A intenção é iniciar com um vídeo curto, para depois passar a palavra à médica, abrindo ao final para perguntas da plateia.

Resultados: Dra. Larissa incentivou os integrantes a reforçarem a divulgação e o convite para o evento. Conversará previamente com as representantes da mesa, para alinhamento.

As perguntas poderão ser levadas tanto pelo público presencial como pelos participantes pelo Youtube. Além disso, será proposta a opção de envio de uma pergunta no mesmo formulário de inscrição da Escola Judicial. Se aprovada, depois das inscrições, Dra. Larissa poderá fazer triagem e compilação, para passar para a médica palestrante.

2- [PROAD 2267/2026](#): Resolução CNJ nº 668/2026: obrigatoriedade de instituição de programa pelos tribunais para aplicação do protocolo integrado de prevenção e medidas de segurança voltado ao enfrentamento à violência doméstica e familiar praticada contra magistradas, servidoras e demais colaboradoras do Poder Judiciário.

O Comitê relembrou que, anteriormente, o Tribunal atendeu tanto à Resolução CNJ nº 254/2018, que instituiu a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no âmbito do Poder Judiciário; como à Recomendação CNJ nº 102/2021, que cuidou da adoção do protocolo integrado de prevenção e medidas de segurança voltado ao enfrentamento à violência doméstica praticada em face de magistradas e servidoras.

Para tanto, foram editadas regionalmente a [Resolução Administrativa Nº 016/2025](#), que institui o Programa “VIDA” (Programa de Prevenção à Violência Doméstica das magistradas,

servidoras, estagiárias e empregadas terceirizadas), no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região; bem como a [Resolução Administrativa Nº 029/2024](#), que dispõe sobre a garantia de estabilidade na função e outras medidas de proteção para as servidoras vítimas de violência doméstica.

Resultados: Por meio desta ata de reunião, o Comitê informa à Presidência o cumprimento do normativo superior, qual seja, a Resolução CNJ nº 668/2026, já que o TRT-15 publicou a [Resolução Administrativa Nº 016/2025](#) e a [Resolução Administrativa Nº 029/2024](#), as quais instituem a aplicação dos protocolos de prevenção, mitigação e segurança em casos de violência doméstica.

3- Evento ou campanha sobre prevenção e combate à violência doméstica no primeiro semestre de 2026:

Dra. Larissa contou que há necessidade de realização de evento sobre prevenção e combate à violência doméstica no primeiro semestre de 2026, assim como realizado em junho de 2025. Adiantou que tentará alinhar data junto à Escola Judicial. Propôs levar a temática da [Resolução Administrativa Nº 016/2025](#) e da [Resolução Administrativa Nº 029/2024](#), para maior detalhamento ao público sobre os protocolos vigentes no Tribunal.

Susana acrescentou que a ciência mais aprofundada dos normativos é importante, assim como a percepção de que a sociedade brasileira ainda é machista, podendo haver convite à palestrante externa e, diante disso, o foco direcionado também aos homens e não apenas às mulheres. Rodrigo reforçou que deve haver uma abordagem mais ampla, para formação de pais de meninos e meninas sobre a questão, citando o livro de Nana Queiroz, “Meninos são a cura do machismo”.

Iara elucidou que o Prêmio CNJ funciona como uma auditoria aos Tribunais, com requisitos desmembrados em diversos índices e resoluções, para verificação dos efetivos cumprimentos e alinhamento dos 91 tribunais do país.

Dra. Larissa solicitou que haja uma reunião sobre os itens do Prêmio CNJ com as(os) Coordenadoras(es) de Colegiados Temáticos.

Resultados: O Comitê trará ideias de formatos para campanhas e eventos, bem como oportunidades de conscientização, para a próxima reunião de abril.

A Exma. Desembargadora Coordenadora fará contato com a Exma. Desembargadora Eleonora Bordini Coca, Vice-Diretora da Escola Judicial, para combinar parceria e ajudar a organizar um evento ou capacitação.

4- Proposta de novo levantamento sobre gênero e etnia, por meio de autodeclaração de magistradas(os) e servidoras(es):

O Comitê tomou conhecimento de sugestões de que haja novo levantamento sobre gênero, raça e etnia, por meio de autodeclaração de magistradas(os) e servidoras(es).

Luiz Henrique sugeriu incluir a Secretaria de Apoio aos Magistrados em eventual recadastramento, para obtenção de dados de magistradas(os), além da Secretaria de Gestão de Pessoas, para os dados referentes a servidoras(es).

Resultados: Será autuado um proad para esta demanda, para levar proposta à Administração de atualização da identidade dos membros do Tribunal, com introdução sobre o assunto, justificativa e esta ata.

- Outros assuntos:

Discussão sobre a oportunidade e conveniência de aplicação da pesquisa organizacional CLIMOR. Aguardava-se a concretização de todas as Secretarias Conjuntas de 1o. grau, que já estão formalizadas, assim como a ampliação do Tribunal, que ainda não ocorreu, sendo o tema objeto do [PROAD 18208/2025](#). Por ora, o Comitê tomou ciência de uma outra pesquisa sobre o clima organizacional nas Secretarias Conjuntas, realizada pelo Sindiquinze, que repassará os dados à Corregedoria Regional. No entanto, ainda se aguarda a nomeação dos novos Desembargadores para a instalação dos novos gabinetes de 2º Grau. Surgiu a ideia de se aplicar separadamente a pesquisa, para a 1ª instância neste momento, e para a 2ª instância depois, mas há óbices operacionais.

Resultados: Dra. Larissa agendará reunião com a Exma. Desembargadora Presidente, para avaliar a eventual retomada da propositura da pesquisa, trazendo as informações atualizadas para o Comitê em futura reunião.

Nada mais a tratar, a Excelentíssima Desembargadora Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim agradeceu novamente a todas e a todos pela participação, encerrando a reunião às 17h14, alertando para alteração, excepcionalmente, da data da próxima reunião do Comitê, que será em 13/4/26, às 16h00.

Ata preparada por:	Patricia Luchi Pesce, Chefe da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês	Em:	2/3/2026
Ata aprovada por:	Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim Desembargadora Coordenadora do Comitê de Gestão de Pessoas	Em:	4/3/2026